



Requerimento nº 169/2012

(Dos Srs. Domingos Dutra, Janete Capiberibe e Fernando Ferro)

Requeremos a realização de audiência pública para debater a situação dos cinco cidadãos cubanos presos nos EUA desde 1998 (“Os últimos soldados da guerra-fria”, segundo a história romanceada por Fernando Morais), sem acesso a um julgamento justo, condenados arbitrariamente a duras penas por monitorar planos terroristas contra Cuba por grupos cubanos de ultradireita.

Justificativa

A audiência pública ora proposta constitui uma oportunidade para que este colegiado tome conhecimento e se manifeste sobre um caso emblemático internacionalmente. Cinco cubanos permanecem presos desde 1998 nos Estados Unidos da América, condenados a duras penas, resultado de um julgamento político, realizado em Miami. Os cinco ajudavam a monitorar planos terroristas organizados contra Cuba a partir da Flórida por grupos cubanos de ultra-direita, grupos que já haviam realizado ataques a bomba, inclusive um que derrubou um avião cubano com cerca de 70 atletas que voltavam de uma competição no exterior.

Serão convidados para o evento os escritores Fernando Morais, Frei Betto e outros intelectuais conhecedores da situação dos cubanos detidos nos EUA, inclusive familiares que estarão no Brasil.

Gerardo Hernández, Ramón Labañino, René González, Antonio Guerrero e Fernando González receberam penas num julgamento político que, segundo conhecedores do episódio, violam as próprias leis estadunidenses e do Direito Internacional.

Restrições de visitas de familiares, tortura psicológica e outros tratamentos desumanos, cruéis e degradantes, tem sido a realidade desses cidadãos.

A X Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em 2006 em Brasília, emitiu uma moção em defesa do acesso à justiça aos cubanos. O documento foi enviado a autoridades estadunidenses.

A moção, patrocinada pelo Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos e outros parceiros, considerava normas e princípios internacionais de proteção aos direitos humanos, especialmente as que preconizam o direito de qualquer pessoa, quando acusada criminalmente, ser julgada por um tribunal independente e imparcial (art. 10º da Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas). O documento também repudiou a prisão e o tratamento aos prisioneiros, acusados de “conspiração”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



Considerando a universalidade dos direitos humanos, bem como a solicitação de solidariedade desta Comissão, formulado pelas famílias dos presos cubanos nos EUA, esta audiência pública contribui para a consolidação dos direitos humanos no mundo, onde quer que estejam sendo violados.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2012

Deputado Domingos Dutra-PT/MA

Deputada Janete Capiberibe-PSB/AP

Deputado Fernando Ferro-PT/PE